

VIOLÊNCIA CONTRA MULHER E A LEI MARIA DA PENHA: UM ESTUDO BIBLIOGRÁFICO

Luany da Silva Torres¹, e-mail: luany_1907@hotmail.com;
Michely Carolainy Guerra da Silva¹, e-mail: micheelycarolainy@gmail.com;

Centro Universitário Tiradentes¹/Psicologia/Maceió, AL.

7.07.00.00-0 - Ciências Humanas 7.07.00.00-1 - Psicologia

RESUMO: O presente artigo trata-se de um estudo acerca da violência contra a mulher, considerada um problema de saúde pública, pois envolve aspectos sócio-históricos, culturais, econômicos e políticos que de certa maneira comprometem a efetividade do combate e proteção contra as violências que acometem grandes números das mulheres em nosso país. A violência contra a mulher também conhecida como violência doméstica e de gênero, consiste em qualquer ato que resulte em dano ou sofrimento físico, sexual ou psicológico ou que ocasione à morte da vítima. Sua ocorrência pode acontecer tanto em esfera social quanto privada, sendo em geral ocasionados por pessoas que estão presentes no convívio como esposos, pais, irmãos, pessoas próximas, etc. e por ser pessoas presentes em seu meio, pode ocorrer o silêncio em denunciar seu agressor por vários motivos, como dependência emocional e/ou financeira, medo de julgamentos em seu círculo social. Diante disto vale ressaltar a importância dos movimentos sociais, em especial, os feministas, para tornar pública e visível a violência que geralmente ocorre em âmbitos privados, sendo muitas vezes legitimadas pelo modelo patriarcal, da figura do homem como um ser de autoridade máxima que o mesmo tem sobre a mulher para fazer o que deseja com ela, estando à violência presente neste domínio. Para o desenvolvimento de trabalho com mulheres em situação de violência, a atuação do psicólogo deve estar alicerçada no Código de Ética Profissional, além de ter como base os valores essenciais que embasam a Declaração Universal dos Direitos Humanos, promovendo a qualidade de vida e saúde, visto que o psicólogo utiliza-se de técnicas e instrumentos psicológicos capazes de identificar possíveis sinais presentes em decorrência da violência, fazendo levantamentos para o prognóstico de forma que irá ajudá-la a desenvolver estratégias com a finalidade de evitar ou superar a situação, onde a mulher terá autonomia para reconstruir sua vida e ressignificar a experiência da violência. Para isto foi, realizado um levantamento bibliográfico em bases científicas e governamentais, tendo como ponto de referência a Lei 11.340, também conhecida como Lei Maria da Penha, com o objetivo de fornecer esclarecimentos e possibilitar reflexões acerca da temática que é muito abordada em diversas mídias, entretanto, é pouco discutida em diversos âmbitos da sociedade. Desta forma, os resultados apontam que houve um aumento no índice do número de mulheres vítima de violência, o que se mostra necessário ir além da criação de leis e quebrar as barreiras que impedem a efetivação e eficácia no dia a dia de cada mulher que sofre violência, de forma a estimular as denúncias.

PALAVRAS-CHAVE: Lei Maria da Penha; Mulheres; Violência.

¹Graduanda em Psicologia pelo Centro Universitário Tiradentes (UNIT/AL).

¹Graduanda em Psicologia Pelo Centro Universitário Tiradentes (UNIT/AL).

ABSTRACT: This article is a study about violence against women, considered a public health problem, as it involves socio-historical, cultural, economic and political aspects that in some way compromise the effectiveness of combat and protection against the violence that affect large numbers of women in our country. Violence against women, also known as domestic and gender-based violence, is any act that results in physical, sexual or psychological harm or suffering or that causes the death of the victim. Its occurrence can happen in both social and private sphere, being usually caused by people who are present in the conviviality as spouses, parents, siblings, close people, etc. and because they are people in their midst, there may be silence in denouncing their abuser for various reasons, such as emotional and / or financial dependence, fear of judgment in their social circle. Given this, it is worth highlighting the importance of social movements, especially feminists, in making public the violence that usually occurs in private spheres, being often legitimized by the patriarchal model of the figure of man as a being of the highest authority that He also has on the woman to do what he wants with her, being the violence present in this domain. For the development of work with women in situations of violence, the work of the psychologist must be based on the Code of Professional Ethics, and be based on the core values that underlie the Universal Declaration of Human Rights, promoting quality of life and health, Since the psychologist uses psychological techniques and tools that can identify possible signs present as a result of violence, making surveys for the prognosis in a way that will help her develop strategies to avoid or overcome the situation, where the Women will have the autonomy to rebuild their lives and re-signify the experience of violence. For this, a bibliographic survey was carried out in scientific and governmental bases, having as reference point the Law 11.340, also known as Maria da Penha Law, in order to provide clarifications and enable reflections on the theme that is widely addressed in various media. However, it is little discussed in various areas of society. Thus, the results show that there has been an increase in the number of women victims of violence, which is necessary to go beyond the creation of laws and break the barriers that prevent the effectiveness and daily effectiveness of each woman who suffers. violence in order to stimulate complaints.

Keywords: Maria da Penha Law; Women; Violence.

Referências/references:

ACOSTA, D. F. et al. Violência contra a mulher por parceiro íntimo: (IN) visibilidade do problema. *Texto Contexto Enferm*, Florianópolis, 2015, p. 122. Disponível em: <<https://www.redalyc.org/html/714/71438421015/>>. Acesso em: 12 Jun. 2019

BRASIL. LEI Nº 11.340, DE AGOSTO DE 2006. Dispõe sobre a violência contra a mulher. Brasília. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11340.htm>. Acesso em: 09 Jun.2019

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. Código de Ética Profissional do Psicólogo. 2005. Disponível em: <<https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2012/07/codigo-de-etica-psicologia.pdf>>. Acesso em: 15 Jun. 2019.

_____. Referências técnicas para atuação de psicólogas (os) em Programas de Atenção à Mulher em situação de Violência. Brasília: CFP, 2012. Disponível em: <<http://crepop.pol.org.br/wp-content/uploads/2013/05/2013-05-02b-MULHER.pdf>>. Acesso em: 15 Jun. 2019

SILVA, L. E. L. da; OLIVEIRA, M. L. C. de. Violência contra a mulher: revisão sistemática da produção científica nacional no período de 2009 a 2013. *Ciência & Saúde Coletiva* [online]. 2015, v. 20, n. 11, pp. 3523-3532. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1413-812320152011.11302014>>. Acesso em: 13 Jun. 2019